

Balanço da Gestão 2002 a 2004

1. Introdução

Foi um longo caminho percorrido desde a primeira proposta de criação da primeira APA Municipal de São Paulo, a APA Municipal do Capivari-Monos. Aprovado pelo Conselho Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável-CADES, em 1996, só foi encaminhado à Câmara Municipal em 1998. Passou por duas audiências públicas ainda em 1998 e somente depois de três anos, finalmente, foi aprovada e sancionada a Lei Municipal 13.136, de 9 de junho de 2001, criando legalmente a Unidade de Conservação.

Durante todo esse tempo, o processo de envolvimento das comunidades locais foi se intensificando. Organizadas na Comissão Pró Conselho Gestor, mobilizaram e pressionaram, até a efetiva criação da APA. A maioria dos integrantes da Comissão Pró Conselho são conselheiros na atual gestão do Conselho e puderam, com sua experiência e conhecimento da região, contribuir de verdade. Este não é um Conselho de papel.

A posse do primeiro Conselho Gestor deu-se em agosto de 2002, após o cadastramento e a plenária da sociedade civil. Presidente – Jacqueline Margaret Kirk da Fonseca, representante dos produtores rurais - e Vice Presidente – Roberto Carlos da Silva, representante do setor de turismo - ambos da sociedade civil, foram eleitos por voto direto dos conselheiros. A Secretaria Executiva foi indicada pela Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente, e exercida, por delegação deste órgão, pela então representante da Subprefeitura de Parelheiros, Maria Lucia Ramos Bellenzani. .

Durante estes dois anos, foram dezesseis reuniões ordinárias, três extraordinárias e diversos encontros, seminários e oficinas, sempre com expressiva presença dos conselheiros, tanto titulares como suplentes.

Este documento tem por objetivo registrar, de forma sintética, a trajetória do Conselho Gestor nestes dois anos. É estruturado por temas, a saber: implantação do Conselho e da APA, Câmaras Técnicas, projetos elaborados, encaminhados e futuros, legislação, atividades de capacitação e educação ambiental, compensação ambiental, recursos, parcerias e propostas. Para cada tema, é apresentado um pouco do processo, identificando em que momento se encontra cada uma das iniciativas e apontando avanços e retrocessos. Com isso, pretende-se deixar sinalizado para a próxima gestão alguns rumos para o seu planejamento.

2. Implantação do Conselho e da Unidade de Conservação

A efetiva implantação de uma Área de Proteção Ambiental, Unidade de Conservação de Uso Sustentável¹, e mais especificamente da APA Municipal do Capivari Monos, pressupõe três instrumentos fundamentais:

- Conselho Gestor;
- Zoneamento Ambiental;
- Plano de Gestão²

¹ Sistema Nacional de Unidades de Conservação, Lei Federal.

² O Decreto Federal regulamentador do SNUC utiliza o termo Plano de Manejo para todas as categorias de unidades de conservação. Optamos por manter aqui o termo Plano de Gestão, conforme a Lei de Criação da APA Municipal

O foco principal do Conselho no período foi se estabelecer como órgão colegiado gestor, estruturando-se e fortalecendo-se como instância deliberativa e paritária de gestão da APA Municipal do Capivari-Monos.

A primeira tarefa foi estabelecer suas próprias regras de funcionamento, através do Regimento Interno, construído coletivamente em várias reuniões. O regimento dispõe sobre assuntos internos do Conselho, tais como frequência e dinâmica e documentação das reuniões, funções dos cargos executivos, funcionamento das Câmaras Técnicas entre outros. Foi aprovado por unanimidade em dez de setembro de 2002.

Aprovado o regimento, o Conselho dedicou-se a criar e estruturar Câmaras Técnicas, a elaborar e aprovar o Zoneamento Ambiental, a propor e analisar projetos de interesse da APA, a buscar recursos e parcerias e a estabelecer as prioridades para a gestão da APA, procurando através do contínuo diálogo alternativas capazes de contemplar as diferentes percepções e interesses dos diferentes atores sociais e agentes políticos que o integram .

Outra tarefa de vulto e complexidade foi a construção do Zoneamento Geoambiental da APA, desenvolvida durante o primeiro semestre de 2003. A partir de sucessivas minutas de texto e mapa preparadas por um Grupo de Trabalho específico, integrado pelo poder público e sociedade civil, o zoneamento foi continuamente debatido e aprimorado. Embora seja um assunto técnico, a participação da sociedade civil foi de suma importância. O Zoneamento elaborado pelos técnicos jamais conseguiria chegar ao nível de detalhamento sem a participação destes conselheiros, conhecedores que são da realidade local em todas as suas nuances. Aprovado pelo Conselho em maio de 2003, e sancionado, após tramitação na Câmara no início de 2004, o Zoneamento Geo Ambiental – Lei Municipal 13.706, de seis de janeiro de 2004, é perfeitamente compatível com o Plano Diretor Estratégico Regional no qual vários conselheiros tiveram participação ativa.

O Conselho elaborou, debateu e analisou o projeto de sinalização informativa da APA do Capivari-Monos, cuja implantação, em andamento, é um importante passo para a implantação da APA, previsto no artigo 54 de sua lei de criação. Foram instaladas, em dezembro de 2004, onze placas nas divisas da APA.

O Conselho produziu e aprovou também, por demanda da Câmara Técnica de Turismo levantada a partir da constatação de uso inadequado do logotipo do Conselho – elaborado pela Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente – uma resolução regulamentando o uso do logotipo.

Foram três as resoluções aprovadas nesta gestão:

- Aprova o Regimento Interno, em setembro de 2002;
- Aprova anteprojeto de lei estabelecendo o Zoneamento Geoambiental da APA, em maio de 2003;
- Aprova a regulamentação do uso do logotipo, em setembro de 2003.

O Conselho elaborou também, com base em um documento preliminar produzido pela Comissão Pró Conselho, o Plano de Conservação das Estradas Vicinais, aprovado e encaminhado para a Subprefeitura.

O Conselho foi chamado a contribuir junto ao Conselho Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – CADES – para a criação de uma nova APA Municipal, a APA do Bororé-Itaim. Levou sua experiência e relatou os acertos e erros, colaborando para que a nova APA, cujo projeto de lei encontra-se em tramitação na Câmara Municipal, possa ser criada e implantada.

Uma importante conquista recente é Casa do Conselho, sediando o Conselho Gestor em imóvel cedido e reformado pela Subprefeitura de Parelheiros, utilizado em parceria com a Casa da Agricultura Ecológica “José Umberto Macedo Siqueira”³. Situa-se em local de fácil acesso e permite ao Conselho, até então precariamente sediado na Subprefeitura, criar uma estrutura de atendimento ao público e desenvolver melhor suas atividades, de forma mais independente como convém a um órgão colegiado.

Juntamente com a sede, foi contratada pela Secretaria do Verde e do Meio Ambiente uma secretária, que apoiará administrativamente o Conselho e a Casa da Agricultura Ecológica.

Durante o segundo semestre de 2004 foi feito o cadastramento das entidades da sociedade civil para a próxima gestão do Conselho. Findo o cadastramento, realizou-se no dia 4 de dezembro de 2004 a Plenária de Eleição dos Representantes da Sociedade Civil, tendo sido eleitos os novos representantes a serem empossados no início de 2005.

3. Câmaras Técnicas

São quatro as Câmaras Técnicas criadas: Fiscalização, Turismo, Saneamento Ambiental e Populações tradicionais.

3.1. Fiscalização

A fiscalização é uma das prioridades da APA Capivari-Monos. Última fronteira verde do Município de São Paulo e cabeceira de importantes mananciais da Região Metropolitana de São Paulo, a APA é também uma extensa região de periferia, pobre, carente de serviços públicos e ameaçada pela expansão urbana. Desordenada, a urbanização ilegal e precária traduz-se em loteamentos irregulares, invasões e mais pobreza, aumentando a pressão sobre os recursos naturais.

A Câmara Técnica tem representação da Secretaria do Verde e do Meio Ambiente, da Subprefeitura de Parelheiros, da Guarda Civil Metropolitana, do Departamento do Uso do Solo Metropolitano da Secretaria de Estado do Meio Ambiente, do Instituto Florestal e da Polícia Ambiental, órgãos com atribuições legais de fiscalização, e também da SABESP, da Secretaria Municipal da Habitação e de associações de moradores e ONGs integrantes do Conselho.

A Câmara desenvolve ações fiscalizatórias conjuntas a partir de denúncias, bem como – ainda raras, dada a insuficiente estrutura – vistorias preventivas. Paralelamente, busca se estruturar em termos de recursos humanos e materiais e também quanto ao aprimoramento do arcabouço jurídico necessário à fiscalização.

Em novembro de 2003 foi realizado um seminário de fiscalização com a participação de outros órgãos tais como a Polícia Civil. E, como encaminhamento do seminário foi feita a

³ O nome é homenagem póstuma a José Umberto, agricultor orgânico e líder comunitário de Marsilac. Recentemente falecido, lutou pela criação da APA e foi um dos mais ativos membros da Comissão Pró Conselho.

oficina “Construindo Estratégias para a Fiscalização Integrada”, definindo as prioridades e linhas de ação para a fiscalização na APA. São elas:

- Definição de uma agenda de vistorias conjuntas, bem como as prioridades geográficas para concentração de esforços;
- Esclarecimento das atribuições legais de cada órgão, e elaboração de um instrumento legal que defina claramente as funções dos órgãos municipais: Secretaria do Verde e do Meio Ambiente, Subprefeitura e Guarda Civil Metropolitana, visando a integração e otimização das ações.
- Criação de um banco de dados georreferenciado das infrações ambientais registradas por cada órgão, visando organizar e intercambiar informações, evitar sobreposição e trabalho e racionalizar a fiscalização.
- Divulgar junto à população as atividades proibidas e permitidas, bem como os procedimentos para aprovação e licenciamento.
- Buscar, junto aos órgãos responsáveis pela habitação e assistência social, estratégias e recursos para viabilizar o reassentamento da população irregularmente assentada em áreas de preservação permanente e áreas de risco geotécnico no interior da APA, especialmente nas áreas definidas como de recuperação ambiental no zoneamento, posto que a legislação municipal só permite o uso de recursos públicos, aliás exíguos, nos casos em que a propriedade da terra é municipal.
- Buscar estratégias para identificação e cadastramento das propriedades em zona rural, passo fundamental para a eficácia da ação fiscalizatória e punição dos culpados.

Implantar fiscalização eficaz é um dos maiores desafios à gestão da APA. Das linhas de ação priorizadas, as três primeiras estão em andamento. Além da questão dos recursos, os aspectos fundiários e o reassentamento das famílias precariamente assentadas em áreas de risco e/ou preservação permanente são os maiores entraves atualmente.

Uma conquista importante foi a criação, por Decreto Municipal, da Base Ambiental da Guarda Civil Metropolitana na APA. Atualmente sediada em Evangelista de Souza, a Guarda conseguiu, com apoio da comunidade, reformar uma casa pertencente à Empresa Metropolitana de Águas e Energia – EMAE. Situada em local estratégico, a ativação desta nova base depende, entretanto, do aumento do efetivo da Guarda destinado à APA. Mesmo com insuficiência de recursos humanos e materiais, o trabalho da base tem sido de grande valia, e é muito bem recebido pela comunidade. Através de rondas periódicas e encaminhamento das infrações aos órgãos competentes, tem conseguido deter alguns graves crimes ambientais.

3.2. Turismo

O turismo é uma das vocações da região e pode, se bem desenvolvido, contribuir para a proteção dos recursos naturais e para a geração de renda para a comunidade. A APA tem atrativos naturais significativos, e o desenvolvimento racional e sustentável do turismo especialmente o ecoturismo, é diretriz de gestão da unidade, expressa no artigo 27 da sua lei de criação.

A Câmara Técnica de turismo é integrada por representantes do setor empresarial, de universidades, das associações de moradores, das ONGs, das Secretarias Municipais do Verde e do Meio Ambiente e da Cultura, e ainda pela SABESP.

Elaborou, ao longo do ano de 2003, o Estudo Preliminar para o Turismo na APA, fazendo um diagnóstico dos atrativos e potencialidades para o ecoturismo, turismo cultural e turismo rural, propondo estratégias e sugerindo parcerias. O documento, apreciado pelo

Conselho Gestor da APA Municipal do Capivari-Monos



Conselho em setembro de 2003, é ponto de partida para um plano de turismo. Necessita ser aprimorado, o que vem sendo feito, especialmente devido a alguns dos mais interessantes atrativos situarem-se dentro do Parque Estadual da Serra do Mar, o que demanda maiores cuidados e estratégias diferenciadas.

A Câmara Técnica contribuiu para elaboração do Termo de Referência para a Sinalização Educativa da APA, aprovado pelo Conselho. Em fase final de implantação, a sinalização, através de placas e totens informativos em locais estratégicos, é da maior importância para o desenvolvimento do turismo.

No final de 2003, a Câmara Técnica convidou para uma reunião o Instituto Brasileiro de Ecoturismo, que apresentou ao Conselho trabalhos desenvolvidos em Brotas e outras localidades. Houve boa receptividade, e surgiu a proposta de se contratar serviços de consultoria para o desenvolvimento do Plano de Turismo, o que não foi levado a termo por falta de recursos.

Está em elaboração, a cargo da Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente, um diagnóstico mais aprofundado das potencialidades, da estrutura existente e do perfil dos frequentadores. Através de pesquisa de campo e aplicação de questionários junto aos proprietários de empreendimentos turísticos e aos frequentadores destes empreendimentos e dos atrativos naturais, este diagnóstico, uma vez concluído e apreciado pelo Conselho subsidiará, junto com o estudo já mencionado, a elaboração de um Plano de Turismo.

Em abril de 2004 o Conselho firmou parceria com o SEBRAE para a construção do Programa de Desenvolvimento do Turismo Receptivo, apresentado à comunidade em junho num evento realizado em Parelheiros. O programa, com metodologia desenvolvida pelo SEBRAE, o programa compreende seminários, oficina de planejamento e oficinas de elaboração de projetos a partir de prioridades definidas na etapa de planejamento.

Foi realizada a oficina de gestão com os conselheiros, o seminário de turismo receptivo e a oficina de planejamento. Nesta última, etapa crucial do PDTR, participaram 45 pessoas, dentre conselheiros e representantes das diversas localidades da APA. Foram escolhidas as três prioridades para o turismo receptivo na APA.

- Estrutura de Recepção a Turista;
- Desenvolvimento de Produtos;
- Sensibilização da comunidade.

Para as duas primeiras, foram realizadas oficinas temáticas de projeto em dezembro de 2004, estando prevista sua continuidade em março de 2005. Para o tema “sensibilização da comunidade” ainda não foi realizada a oficina, prevista para o início de 2005.

O turismo é certamente uma atividade promissora e bem implementada, contribuirá para geração de renda na APA. Mas a visita desorganizada como ocorre atualmente em alguns dos mais belos atrativos naturais, é impactante e não traz benefícios à comunidade. Há uma demanda crescente, incrementada periodicamente pela mídia – a APA vem se tornando mais conhecida - e a estrutura de recepção é ainda deficiente. Já se caminhou bastante, mas resta muito a ser feito.

3.3. Saneamento

Conselho Gestor da APA Municipal do Capivari-Monos



O saneamento ambiental, ou a carência de saneamento, é um dos problemas mais sérios da APA. Nas áreas urbanizadas, os loteamentos dispõem de rede de esgoto, e, em muitos casos, a exceção do Condomínio Vargem Grande, do Jardim Silveira e da Colônia (no limite da APA), onde está prevista extensão da rede, não existe esta possibilidade por força da legislação estadual de proteção aos mananciais. Mesmo loteamentos regulares, aprovados pela Prefeitura, não são atendidos.

A Câmara Técnica de Saneamento, integrada pela SABESP, pela Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente, pelo Departamento do Uso do Solo Metropolitano e pelas Associações de Moradores representadas no Conselho, vem elaborando diagnósticos e pesquisando alternativas de saneamento, tanto para as áreas urbanizadas quanto para as áreas rurais, onde a precariedade das fossas e o desconhecimento a respeito da questão impactam os cursos d'água. Também a disposição de resíduos sólidos é uma das questões discutidas por esta Câmara.

A comunidade de Engenheiro Marsilac, bairro antigo e histórico, isolado, localizado na APA, há muito reivindica a instalação de um poço artesiano, pois há escassez de água nos poços rasos, há poços e nascentes contaminados e é grande a incidência de doenças de veiculação hídrica. Pressionada pela necessidade, a associação de moradores procurou o Ministério Público, que pediu a manifestação do Conselho.

A Associação de Moradores, representante do distrito de Marsilac, levou a questão ao Conselho. A Câmara Técnica de Saneamento elaborou parecer, aprovado pelo Conselho em abril de 2004, com posição favorável à instalação do poço, desde que vinculado à implantação de alternativas de esgotamento sanitário adequadas à realidade local, pois Engenheiro Marsilac não é nem pode ser atualmente atendido pela rede pública de esgoto, e a instalação de rede de distribuição de água, apesar de necessária e pertinente, certamente aumentará a carga poluente originada de esgoto doméstico recebida pelos cursos d'água próximos, tributários do rio Capivari. O parecer aprovado recomenda que a implantação de saneamento alternativo seja feita com o envolvimento da comunidade em todas as etapas, num projeto piloto de educação sanitária e ambiental a ser adaptado e replicado para outras comunidades da APA em situação semelhante.

O poço encontra-se em fase final de instalação, e a Câmara Técnica tem trabalhado ativamente com a comunidade. Está em andamento o cadastramento das famílias a serem atendidas, a fim de diagnosticar a situação de disposição de esgoto de cada residência e dimensionar as fossas, individuais ou comunitárias, a serem implantadas. Paralelamente, em parceria com a Fundação SOS Mata Atlântica, vem sendo monitorado o ribeirão Claro, que atravessa Marsilac e recebe a maior parte da carga poluidora. Estão previstas oficinas de construção de fossas sépticas, com o apoio da Subprefeitura, e a comunidade vem se conscientizando, ciente de que a ligação à rede de água depende da construção de fossas adequadas. Findo o cadastramento, a Câmara Técnica buscará alternativas de financiamento para as famílias mais carentes fazerem ou adequarem suas fossas.

A Câmara Técnica vem se estruturando em torno deste trabalho concreto, e pesquisa também alternativas de saneamento para outros bairros, em especial Nova América e Barragem, cujos efluentes impactam os cursos d'água formadores da represa Billings e causam problemas de saúde pública.

3.4 Populações Tradicionais

A demanda para criação dessa Câmara Técnica surgiu da possibilidade, viabilizada por um Termo de Ajustamento de Conduta com FURNAS devido à Linha de Transmissão Itaberá-Tijuco Alto, que atravessa a APA e as Terras Indígenas Guarani nela situadas.

Ao realizar pesquisa nas áreas limdeiras às terras Guarani, a FUNAI acabou por gerar insegurança na região, e a questão foi levada ao Conselho.⁴ A FUNAI foi chamada ao Conselho para explicar a situação, e o fez parcialmente. Surgiram dúvidas e questionamentos, e o Conselho não é contrário à ampliação das Terras Indígenas, mas reivindica transparência e entende que deve acompanhar os trabalhos.

A Câmara Técnica, coordenada pelo Instituto Socioambiental e integrada pelas Secretarias Municipais do Verde e do Meio Ambiente e da Cultura. E pelas comunidades indígenas, reuniu-se algumas vezes e fez vistorias na área, mas seus trabalhos encontram-se atualmente paralisados pela ausência de participação da FUNAI, interlocutor imprescindível na questão.

4. Projetos elaborados, encaminhados e futuros

O principal projeto em andamento, coordenado pela Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente, é a elaboração do Plano de Gestão da APA. Encaminhado ao Fundo Nacional do Meio Ambiente, através do Edital “Fortalecimento da Gestão de Unidades de Conservação de Uso Sustentável”, foi aprovado e receberá recursos da ordem de R\$ 150.000,00, com equivalente contrapartida da Secretaria em recursos humanos e materiais.

O projeto tem como parceiros a Faculdades Interlagos, a Associação Comunitária de Engenheiro Marsilac e Adjacências e o Núcleo Curucutu do Parque Estadual da Serra do Mar, todos membros titulares do Conselho. Com duração prevista de 12 meses, compreende três etapas: diagnóstico sócio-ambiental da APA, construção do Plano de Gestão⁵ e capacitação da comunidade para elaboração e gerenciamento de projetos, a partir das prioridades de gestão definidas no Plano. Todas as etapas serão desenvolvidas com metodologia participativa.

Apesar de aprovados, os recursos ainda não foram liberados por questões burocráticas, entre a Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente, tomadora dos recursos, e Ministério do Meio Ambiente, gestor do Fundo. Este projeto concretizará o terceiro instrumento de gestão, o Plano de Gestão, que depende exatamente da liberação destes recursos para ser levado a termo.

Outro projeto é o Jardim Etnobotânico da APA, a ser financiado pela cidade de Genebra, através de um convênio firmado pela Prefeitura Municipal e aquela cidade. Com recursos da ordem de R\$ 30.000,00 para a primeira fase, que compreende a pesquisa, catalogação, coleta e reprodução de plantas tradicionalmente utilizadas pela comunidade, e a instalação de um viveiro. Ainda não foi implantado devido à exigência do financiador de que o viveiro seja implantado em áreas públicas municipais. Tais áreas, na APA, são raras e as poucas não invadidas não se prestam a viveiros. Atualmente estuda-se a possibilidade de fazer o viveiro em terras pertencentes à EMAE, na Barragem, o que depende ainda da formalização de parceria entre esta empresa e a Prefeitura, bem como da anuência do financiador.

Existe também o projeto, anterior à criação da Unidade, da Base Ambiental da APA do Capivari-Monos, a ser instalada na Estação Elevatória Capivari, da SABESP. A Base prevê sede para o Conselho, auditório, alojamento para pesquisadores, local para oficinas e cursos,

⁴ Cabe ressaltar que as comunidades indígenas são membros do Conselho, mas a FUNAI não.

⁵ Denominado Plano de Manejo pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação.

Conselho Gestor da APA Municipal do Capivari-Monos



viveiro entre outros equipamentos. O projeto preliminar foi realizado e aprovado pela SABESP, em parceria com o Instituto de Pesquisas Tecnológicas –IPT. Projeto executivo e implantação dependem de recursos da SABESP, proprietária da área, ou, alternativamente, de captação de recursos via compensação ambiental de empreendimentos a serem licenciados na APA, a exemplo do gasoduto Itu-Gasan, tramo do gasoduto Brasil-Bolívia, da Petrobrás, cujo traçado provavelmente atravessará a unidade.

Um projeto estratégico, previsto no Plano Diretor recentemente sancionado, é a revitalização do patrimônio histórico de Evangelista de Souza, uma antiga vila ferroviária situada exatamente no ponto de acesso aos mais interessantes atributos naturais. A revitalização poderá ser acompanhada da criação de um trem turístico no ramal ferroviário atualmente abandonado, o que poderia viabilizar economicamente o ecoturismo na APA. Sua implantação não é simples e depende de várias parcerias, ainda em fase inicial de estudos.

Encontra-se em estudo na Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente um projeto para viabilizar a utilização racional da terra preta – turfa- existente na região da Barragem. Este recurso natural, insumo utilizado em paisagismo, tem sido extraído de forma predatória e criminosa, objeto de ações sistemáticas da Câmara Técnica de Fiscalização. A população carente é mão de obra barata no processo. A idéia é licenciar e organizar o uso do recurso, com gerenciamento comunitário e recuperação das áreas.

Merecem destaque ainda o projeto “Adote uma Árvore”, desenvolvido pela Associação Comunitária e Habitacional Vargem Grande, aprovado e apoiado pelo Conselho, e o monitoramento participativo, parceria com a Fundação Sos Mata Atlântica, com grupos organizados na Vargem Grande, Barragem, Colônia e Engenheiro Marsilac.

A implantação dos projetos citados, e de outros a serem priorizados, é um desafio para a próxima gestão do Conselho.

5. Legislação

Um avanço fundamental na legislação da APA foi a elaboração e aprovação do Zoneamento Geo Ambiental – Lei Municipal 13/706, de 6 de janeiro de 2004, já abordado anteriormente.

O Conselho deteve-se, em reuniões recentes, na revisão do Decreto Municipal 41.396/2001, que dispõe sobre a composição e forma de organização do Conselho Gestor. Ocorre que a presidência do Conselho é eleita entre seus membros, sendo atualmente exercida pela representante dos produtores rurais, da sociedade civil. Pelo Decreto Federal regulamentador do Sistema Nacional de Unidades de Conservação, os conselhos gestores das APAs devem ser necessariamente presididos pelo órgão público membro do Sistema Nacional de Meio Ambiente, no caso, a Secretaria Municipal do Meio Ambiente, por indicação do titular da pasta.

O Conselho considera tal decreto um retrocesso no processo democrático de gestão, por tratar-se de uma APA, onde a maioria das terras é particular e o uso dos recursos naturais não é proibido, mas regulamentado. Não há, entretanto, outra alternativa – até que se consiga mudar a legislação federal – senão acatar as normas legais. Trata-se realmente de uma imposição.

Faz-se necessário rever, portanto, o decreto municipal para adequá-lo às normas federais. O Conselho, mesmo manifestando claramente repúdio a tal imposição, reivindica que sejam contemplados ao menos dois aspectos fundamentais: a necessidade de oitiva do Conselho quanto à indicação, e a definição de um perfil mínimo a ser exigido para o indicado.

Conselho Gestor da APA Municipal do Capivari-Monos



As reivindicações do Conselho foram encaminhadas ao departamento jurídico da Secretaria do Municipal do Verde e do Meio Ambiente, para subsidiar a redação do novo decreto. Em novembro, o Conselho redigiu e aprovou a minuta final, onde propõe criação de um novo cargo executivo, o de representante da sociedade civil. Uma vez que a Presidência será necessariamente exercida pela SVMA e a Secretaria Executiva é comumente exercida pelo Poder Público – pela demanda de trabalho e infra-estrutura que essa função o Conselho representa -, o Conselho entendeu que a existência de um representante da sociedade civil é necessária para assegurar a paridade nas decisões.

Uma vez promulgado o decreto, será necessário rever e adaptar o Regimento Interno.

6. Compensações ambientais.

O Conselho acompanha e faz-se presente quanto aos empreendimentos a serem implantados dentro do território da APA. Um deles, cujo licenciamento está em fase inicial, é o Gasoduto Itu-Gasan, integrante do Gasoduto Brasil Bolívia, um empreendimento da Petrobrás. A pedido do Conselho, a empresa apresentou o projeto do gasoduto em uma das reuniões, quando foi sugerida uma mudança de traçado, evitando a Área Natural Tombada da Cratera de Colônia.

Atualmente a Secretaria Municipal do Verde e Meio Ambiente elabora parecer sobre o empreendimento, cujo licenciamento se dará no âmbito estadual. No processo, o Conselho deverá ser ouvido quando da definição das compensações ambientais.

Outro empreendimento é a Linha de Transmissão Itaberá- Tijuco Alto, de Furnas, que atravessa o território da APA. Seu licenciamento deu-se anteriormente à criação da APA, e a comissão Pró Conselho fez-se ouvir. Hoje o Conselho acompanha de perto, exigindo que as compensações ambientais – entre elas a criação de um Parque Natural na Cratera de Colônia – sejam de fato implantadas.

A criação desse Parque Natural vem sendo morosa, em parte pela incerteza fundiária das terras na Cratera, visto que a aquisição de áreas por Furnas, e seu repasse à Prefeitura uma vez implantado o Parque, pressupõe documentação legal das terras a serem adquiridas. Várias opções tiveram que ser descartadas, e finalmente decidiu-se por uma área, com características adequadas para o Parque Natural, e situação fundiária regular. A transferência da área para a Prefeitura depende, por força da Lei Orgânica Municipal, de autorização do legislativo. Foi então elaborado um Projeto de Lei e encaminhado à Câmara Municipal, onde encontra-se em tramitação.

Ainda dentro das compensações ambientais do empreendimento, estão sendo desenvolvidos estudos, a cargo da FUNAI, para a ampliação das Terras Indígenas Guarani. O Conselho apóia a ampliação das terras indígenas, mas reivindica da FUNAI uma maior transparência na questão. O debate sobre esta questão motivou a criação da Câmara Técnica de Populações Tradicionais.

7. Capacitação e educação ambiental

Conselho Gestor da APA Municipal do Capivari-Monos



Iniciou-se também a capacitação dos Conselheiros. Esta capacitação é muito importante, e deve ser feita de forma continuada, pois a dinâmica da gestão exige uma grande diversidade de aptidões, e a constante reavaliação das situações.

Foi realizada, em dezembro de 2002, uma oficina de capacitação com os conselheiros, mas as atividades subseqüentes não tiveram continuidade. A metodologia adotada no projeto da construção do Plano de Gestão, aprovado pelo Fundo Nacional do Meio Ambiente, inclui a capacitação dos conselheiros ao longo do processo.

Educação ambiental é algo bem mais amplo que a capacitação dos conselheiros. O Conselho não tem ainda uma Câmara Técnica de Educação Ambiental, mas existem projetos e atividades educativas em várias comunidades da APA, desenvolvidos pela Secretaria Municipal do Meio Ambiente com o envolvimento dos conselheiros, especialmente os representantes de associações de moradores.

O Plano de Educação Ambiental da Secretaria foi apreciado pelo Conselho em outubro de 2003. Dentre as inúmeras atividades desenvolvidas, merecem especial destaque:

- O curso de formação em educação ambiental realizado com os agentes do Programa de Saúde da Família;
- Hortas comunitárias implantadas em várias comunidades da APA;
- Cooperativa de reciclagem de lixo, em implantação no Condomínio Vargem Grande;
- Apoio à organização comunitária, em especial no distrito de Marsilac;
- Trabalho educativo junto às comunidades indígenas.

A compensação ambiental da Linha de Transmissão Itaberá – Tijuco Alto, de Furnas, prevê também a elaboração de material educativo relativo à APA.

Para a próxima gestão do Conselho, fica o desafio de ampliar a educação ambiental, incluindo informação e capacitação quanto ao zoneamento e às atividades proibidas e permitidas, de forma a atingir toda a APA, em especial as comunidades rurais mais remotas cujo acesso à informação, e aos serviços públicos como um todo, é precário.

8. Recursos

Os recursos para o Conselho, bem como para a implantação da APA, foram exíguos nestes dois anos.

Foram criadas dotações orçamentárias específicas na Subprefeitura de Parelheiros e na Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente, a primeira destinada à estruturação do Conselho e da Secretaria Executiva, e a segunda à implantação da APA. Os recursos previstos, no entanto, foram quase que totalmente congelados. O que restou foi utilizado, por parte da Subprefeitura, na aquisição de equipamentos - informática e fotografia - e por parte da Secretaria, na sinalização educativa. Material de consumo para as necessidades básicas é tem sido cedido pela Subprefeitura.

A sede recentemente conquistada, em parceria com a Casa da Agricultura Ecológica, foi reformada com mão de obra e materiais cedidos pela Subprefeitura, com muito esforço e contínua pressão do Conselho. Até então, o Conselho não dispunha de sede própria, não atendia ao público e fazia suas reuniões em espaços cedidos pela Faculdade Interlagos e pela Coordenadoria de Educação da Subprefeitura.

Conselho Gestor da APA Municipal do Capivari-Monos



A APA, e o Conselho, não contam com recursos humanos exclusivos. Uma funcionária administrativa para apoiar o Conselho e a Casa foi recentemente contratada pela Secretaria do Verde e do Meio Ambiente.

As dotações do Poder Público são importantes e devem ser mantidas, sendo necessárias estratégias para evitar o congelamento dos recursos, pois as previsões orçamentárias via de regra não são cumpridas. Há ainda dificuldade de compreensão, por parte dos órgãos responsáveis pelo orçamento municipal, do papel do Conselho Gestor e da necessidade de recursos para seu funcionamento.

Dotações públicas portanto, ainda que necessárias, não bastam. Há necessidade de captação de recursos de outras fontes. Financiamentos externos, a exemplo dos fundos – FNMA, Fundo Municipal do Meio Ambiente, Fehidro – são possíveis com projetos bem executados. A burocracia dos órgãos públicos emperra o repasse de recursos a mesmo para projetos aprovados, como é o caso do Plano de Gestão. O Conselho, não sendo pessoa jurídica, não pode ser tomador de recursos, somente os órgãos e entidades nele representados.

Foi levantada em reuniões a possibilidade de o Conselho tornar-se pessoa jurídica. Não há ainda uma definição final, mas as consultas feitas não foram favoráveis, por ser o Conselho um órgão colegiado. Existe a alternativa, como é o caso de algumas APAs federais, de se criar uma Organização Civil de Interesse Público – OSCIP – para apoiar a gestão da APA, podendo receber recursos e utilizá-los com mais agilidade.

9. Parcerias

Uma importante parceria é a firmada com o SEBRAE, para o Programa de Desenvolvimento do Turismo Receptivo, já comentado. O Conselho não desembolsa recursos, sua contrapartida é a organização da divulgação e logística para as atividades desenvolvidas pelo SEBRAE.

O projeto Mãos à Obra, da Fundação SOS Mata Atlântica, possibilitou a formação de vários grupos de monitoramento participativo dos cursos d'água na APA. Numa etapa posterior, tais grupos poderão fazer projetos e captar recursos, com apoio da SOS, para ações locais.

A parceria com a Casa da Agricultura Ecológica viabilizou sede e apoio administrativo para o Conselho. É uma parceria muito oportuna e pertinente, pois a Casa e o Conselho compartilham, além de recursos, objetivos e princípios, e trabalhando juntos certamente ampliarão o alcance de suas ações.

10. Rumos futuros

Um dos objetivos deste documento é sinalizar rumos para o planejamento da próxima gestão. Além de tudo que foi dito, cabe ainda relatar as prioridades definidas na Oficina de Gestão, realizada em junho com a mediação do SEBRAE. São elas:

- Melhorar a estruturação das Câmaras Técnicas;
- Conseguir recursos para operacionalizar o Conselho;
- Criar canais de comunicação com o público e assim aumentar a representatividade do Conselho;
- Melhorar a fiscalização;
- Aumentar integração com o Conselho Municipal de Turismo;
- Estabelecer relacionamento orgânico com o Sistema de Gerenciamento Integrado de Recursos Hídricos;

Conselho Gestor da APA Municipal do Capivari-Monos



- Melhorar os serviços de manutenção e obras – estradas vicinais, coleta de lixo, limpeza pública;
- Melhorar a segurança na APA;
- Melhorar os serviços de saúde na APA.

Espera-se com este documento relatar tudo que foi feito, apontando o que ainda há por fazer, contribuindo para a próxima gestão. Ela terá por tarefa fortalecer o Conselho como instância de gestão e, ampliando seu alcance e, sobretudo, consolidar a APA Municipal do Capivari-Monos como Política Pública.